

DESAFIOS DOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

Rafael Carvalho Ribeiro de Faria¹

Letícia Pinto Bandeira de Carvalho²

Daniela Veloso Souza Passos³

¹ Graduando em Direito na Universidade de Fortaleza (Unifor).

² Graduanda em Direito na Universidade de Fortaleza (Unifor).

³ Professora da Universidade de Fortaleza (Unifor). Doutora em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (Unifor).

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista e os estudos voltados a ele possuem dificuldade em encontrar soluções práticas ao ensino e à integração de alunos autistas. Dessa forma, esta pesquisa busca identificar quais especificamente são os desafios enfrentados pelos alunos autistas no ensino superior, usando como parâmetro aqueles matriculados no curso de Direito da Universidade de Fortaleza (Unifor). Uma vez identificados os principais desafios, as ações afirmativas necessárias a esta população tornam-se mais visíveis, facilitando a construção de um ambiente acadêmico mais justo e igualitário. Portanto, para tal, a presente pesquisa fundamentou-se em embasamento científico, por meio de outros artigos voltados a estudantes que possuem o Transtorno do Espectro Autista no ensino superior, e na coleta de informações dos alunos com autismo do curso de Direito da Unifor, por meio de um formulário. A pesquisa precisou ser aprovada pelo Comitê de Ética da universidade antes do envio dos formulários, pois trata-se de pesquisa com seres humanos, e cada um dos alunos que a respondeu assinou o termo de consentimento esclarecido (TCLE) para confirmar a concordância em ceder suas informações.

PALAVRAS-CHAVE

Transtorno do Espectro Autista – Acadêmico – Igualitário.

SUMÁRIO

Introdução. Metodologia. Resultados e discussões. Conclusão. Referências.

REFERÊNCIA: FARIA, Rafael Carvalho Ribeiro de; CARVALHO, Letícia Pinto Bandeira de; PASSOS, Daniela Veloso Souza. Desafios dos alunos com Transtorno do Espectro Autista no curso de Direito da Universidade de Fortaleza. *Res Severa Verum Gaudium*, Porto Alegre, v. 11, n. 1bis, p. 347-354, jul. 2026.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa a abordar os desafios enfrentados por alunos autistas do ensino superior no curso de Direito da Universidade de Fortaleza. No contexto supracitado, tem-se ciência que um indivíduo que possui o Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma condição do neurodesenvolvimento, lida com uma série de demandas específicas, decorrentes de dificuldades severas em certos âmbitos, como a interação social, distúrbios sensoriais, padrões repetitivos, resistência a mudanças, dentre outros.

Urge, portanto, a tomada de medidas, como o amparo psicopedagógico. Foram utilizados artigos científicos que tratam sobre o tema, dados provenientes do PAP (Programa de Apoio Psicopedagógico) da Universidade de Fortaleza, legislações brasileiras que tutelam os direitos das pessoas com autismo, e estudos diversos que abordam as dificuldades provenientes do TEA, a fim de que haja a presença de fontes fundamentadas e legalmente embasadas. O tema é de suma importância para a criação de condições igualitárias no ensino superior, considerando a abordagem desta pesquisa para obter acesso a um ensino de qualidade, que se adapte às condições específicas do espectro. Dessa forma, surgiu a pergunta

a ser respondida pela presente pesquisa: quais são os principais desafios enfrentados por alunos autistas no curso de Direito da Unifor?

METODOLOGIA

Com relação à metodologia e às formas de coleta de dados, o método trabalhado para a pesquisa é o dedutivo, pois foram coletados dados através de formulários enviados a alunos com TEA da Unifor indicados pelo setor de apoio psicopedagógico da universidade, o PAP, o que a qualifica como uma pesquisa qualitativa, já que a qualidade dos dados é o que importa. Os formulários foram enviados ao próprio PAP que, por sua vez, os encaminhou para alunos com Transtorno do Espectro Autista matriculados no curso de Direito e listados em seu banco de dados, através do e-mail. Após nove alunos terem preenchido o formulário, os dados coletados foram somados a informações relevantes similares obtidas por meio de embasamento científico voltado a temáticas semelhantes (foco em alunos com TEA em outras instituições de ensino superior) para que se pudesse chegar às conclusões às quais a pesquisa chegou, indicando as principais necessidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista na Unifor. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Unifor, por se tratar de pesquisa realizada com seres humanos, com registro no número 93055825.1.0000.5052. Os participantes da pesquisa também assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) para confirmar seu consentimento em fazer parte da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits cognitivos que englobam principalmente dificuldades de comunicação. É notório também a constante rigidez cognitiva e os distúrbios sensoriais. Um indivíduo com TEA pode ser alocado em três níveis, dependendo do comprometimento neurológico; ou seja, verifica-se que uma pessoa autista pode ser altamente funcional e realizar quase todas as atividades do cotidiano, como ser não-verbal e possuir crises diversas, decorrentes, dentre outros motivos, a alterações na rotina. De acordo com Pessotti (1984 apud Garcia, 1999, p. 2), as pessoas com deficiência foram vistas de diferentes formas ao longo da

história, passando por misticismos, exclusão social e extermínio, mas conquistando mais espaço na luta por direitos nos séculos XX e XXI, evidenciando que um grande progresso já foi conquistado, mas que ainda falta muito a ser feito.

Nos últimos anos, o Estado brasileiro avançou significativamente no que se refere a legislações que beneficiem as pessoas autistas. Nesse sentido, a Lei n. 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que caracteriza o autismo, insere o autista no mercado de trabalho, garante o acesso a terapias diversas e medicamentos, bem como a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA). Destaca-se também a Lei Berenice Piana, que garante acessibilidade, igualdade e proteção contra a discriminação e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que oferece o Benefício da Prestação Continuada (BPC). Sob esse viés, ratificou-se que o ordenamento jurídico brasileiro possui uma legislação robusta para amparar a comunidade autista, mas há a necessidade de haver efetividade jurídica. O indevido repasse de verbas aos órgãos competentes pode dificultar o avanço de programas de apoio ao TEA. Consecutivamente, muitas famílias recorrem ao Poder Judiciário para garantir, por exemplo, o acesso à medicamentos e terapeutas, no âmbito do Direito Civil.

Sabe-se que a vivência no contexto social demanda comunicação. Os alunos com TEA não conseguem se expressar de forma plena, relatando seus anseios e necessidades por conta de falhas nas conexões neurais e menor quantidade de sinapses na área denominada “cérebro social”. Enquanto profissionais do Direito, sabe-se a importância da comunicação. Defensores e promotores precisam se comunicar em um tribunal, por exemplo. Um juiz precisa interagir com as partes. No atendimento ao público, é essencial uma fala coesa e clara, dentre outros. Dentro do espectro, percebe-se a dificuldade de se entender gírias e expressões corporais, de se colocar no lugar do cliente, bem como entender a real intenção de uma pessoa. Logo, no que se refere à fala, observam-se: a apraxia da fala, dificuldade de produzir sons de forma consistente; a dislalia, dificuldade em elucidar as palavras, e a ecolalia, caracterizada pela repetição de sons e palavras de forma excessiva. No tocante à área sensorial, verifica-se a hipersensibilidade, na qual os sentidos são bem apurados, e a hipossensibilidade, diminuição da percepção de estímulos sensoriais (Jones; Dawson; Webb, 2017, p. 11).

Portanto, por exemplo, uma sala de aula com muitas luzes ou o cheiro excessivo de perfumes, pode gerar desregulações e desconfortos na pessoa autista. Além disso, os

indivíduos com TEA tendem a ter comportamentos repetitivos, que são essenciais para a autorregulação, mas tendem a gerar incompreensão por parte das outras pessoas, que repudiam tais comportamentos. Ademais, é perceptível o estigma e a falta de compreensão da sociedade brasileira sobre o TEA. Muitos indivíduos que possuem essa condição são vítimas de preconceitos diversos, e até mesmo injúria racial e agressões físicas e verbais. Para Enumo e Batista (2004): “[...] na prática, percebe-se que mesmo aqueles alunos que se encontram inseridos no sistema regular de ensino continuam isolados dos seus companheiros de turma não-deficientes.”

Portanto, é necessária a realização de estudos pertinentes ao tema para que haja a promoção do respeito e da empatia. Em relação a tal assunto, Shmulsky e Gobbo (Garcia, 1999, p. 5) afirmam que adultos autistas podem fazer grandes proveitos do ensino superior, utilizando-o como um meio para superar dificuldades de relação social e compreensão.

Foram realizadas onze perguntas objetivas, variando entre perguntas fechadas e de múltipla escolha. A primeira pergunta é referente a qual semestre do curso de Direito os alunos estão cursando, e a maioria (55,6%), respondeu que está entre o 3º e o 4º semestre, enquanto 33,3% estão entre o 1º e o 2º e apenas 11,1% estão entre o 9º e o 10º semestre. É mister salientar que, em alguns casos, alunos autistas possuem dificuldade de interpretar textos, o que pode prejudicar a progressão acadêmica.

Em relação à pergunta 2, foi questionado se o ritmo das explicações e das atividades em sala era adequado à compreensão. A maioria (55%) respondeu que sim, no entanto, uma quantidade expressiva (44,4%), respondeu que não, o que nos leva a entender a existência da necessidade de haver um modelo de ensino e atividades adaptadas às necessidades da comunidade autista. Explicações mais lentas e atividades mais objetivas podem ser uma solução.

A pergunta 3 fazia uma indagação referente à relação entre o ambiente da sala de aula (som, iluminação, movimentação) e a concentração ou aprendizado, e a grande maioria (66,7%) respondeu que, de fato, esses elementos interferem de forma persistente na absorção de informações, o que nos permite fazer uma associação com as dificuldades sensoriais das pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista).

No tocante ao questionamento 4, 55,6% dos alunos disseram sentirem-se à vontade para tirarem suas dúvidas durante as aulas, mas uma parcela considerável (44,4%) negou essa facilidade. Isso se dá, em grande parte, aos desafios de comunicação pertinentes ao TEA, algo

bastante retratado no presente artigo, em que foram apontadas dificuldades sensoriais e distúrbios da fala, tais como o mutismo seletivo, evidenciando a necessidade de apoio aos alunos autistas para fazer com que eles se sintam bem acolhidos no ambiente acadêmico. Outrossim, de acordo com Batista e Enumo (2004): “[...] É preciso intervir junto aos alunos com necessidades especiais, mas também junto aos colegas a fim de assegurar a inclusão [...]”.

No que se refere ao melhor formato de aula para assimilação dos conteúdos do curso de Direito (pergunta 5), os discentes optaram por aulas com apoio visual (slides, vídeos, esquemas, quadros). Em paralelo ao presente artigo, sabe-se que muitos alunos com autismo também apresentam TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), e esquemas visuais facilitam o entendimento, em detrimento de textos extensos e aulas predominantemente verbais.

A pergunta 6 demonstrou um resultado preocupante: 88,9% dos alunos com TEA têm dificuldade em trabalhar em equipe. Ora, sabe-se que a dificuldade de interação é intrínseca ao espectro, portanto, é dever do corpo pedagógico promover atividades de integração e inclusão. Assim, o trabalho realizado pelo PAP (Programa de Apoio Psicopedagógico), por meio da realização de terapias, é fundamental para a melhoria desse cenário. Vygostky (1997 apud Garcia, 1999, p. 8) diz que é essencial que o educador conheça bem os déficits e as dores do aluno para saber como lidar com este.

A questão 7 demonstrou que os alunos autistas possuem dificuldade moderada em realizar provas de OAB e concursos públicos, preferindo provas mais diretas e mais objetivas. Dessa forma, nota-se que provas prolixas dificultam a compreensão, o que se demonstra ainda mais intenso em alunos que, além do autismo, possuem DI (Deficiência Intelectual).

O indagamento número 8 apontou que alunos com TEA têm dificuldade alta e moderada (44,4%) em provas longas e estudos de caso. Isso se dá devido à alta capacidade de se distrair pertinente ao espectro. Tem-se ciência que muitos autistas conseguem focar em seus hiperfocos (concentrações intensas em atividades de seu interesse de forma obsessiva) por muito tempo. Mas nas demais atividades, a retenção de atenção é prejudicada.

No que tange à capacidade de memorização de leis e jurisprudências, exigido por concursos públicos e pela OAB (questão 9), 77,7% dos entrevistados responderam que possuem facilidade nessa área. Nesse sentido, demonstrou-se que a memória de longo prazo dos alunos autistas tende a estar íntegra ou pouco prejudicada.

O questionamento 10 demonstrou que a redução de estímulos sensoriais e uma comunicação mais clara e estruturada ajudaria 88,8% dos discentes a se desenvolverem no curso de Direito. Assim, verifica-se que falas assertivas e um ambiente adaptado poderiam impulsionar as trajetórias acadêmicas dos estudantes com TEA.

A última pergunta (11) avaliou que estudos de caso ou situações práticas são a melhor forma de avaliar alunos autistas, por serem dotados de objetividade e por não se aterem tanto à teoria em sua forma pura e extensa.

Sendo assim, é possível verificar que as perguntas elaboradas no formulário foram essenciais para se chegar às conclusões às quais a pesquisa chegou, identificando alguns dos desafios enfrentados por alunos autistas no ensino acadêmico e em alguns setores relacionados à área do Direito em geral.

CONCLUSÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta múltiplas áreas, como a comunicação. Observaram-se dificuldades nesse quesito, no que tange à área sensorial, no entendimento da dinâmica da sala de aula, das explicações dos docentes e comorbidades diversas. Dessarte, é necessário haver a atuação de múltiplos agentes na trajetória universitária dos alunos autistas.

No entanto, verificou-se que o autismo é mais do que somente um transtorno, com desafios e prejuízos. Os alunos com TEA, ao receberem o devido suporte, podem se tornar grandes profissionais do Direito, com capacidades únicas que só eles possuem, como a atenção aos detalhes.

Percebe-se, ademais, a necessidade da promoção da oportuna efetivação de leis pertinentes ao tema, para que haja o seu real funcionamento. Assim, busca-se gerar a devida qualidade de vida e o sucesso acadêmico dos alunos autistas.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Marcus Welby; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 101-111, 2004.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. A educação de sujeitos considerados portadores de deficiência: contribuições vygotskianas. **Ponto de Vista**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 42-46, 1999.

JONES, E. J. H.; DAWSON, G.; WEBB, S. J. Sensory hypersensitivity predicts enhanced attention capture by faces in the early development of ASD. **Developmental Cognitive Neuroscience**, Brentwood, v. 29, p. 11-20, 2017.